

As Práticas de Governança Corporativa nas Micro e Pequenas empresas do Polo de Confeção do Agreste Pernambucano

Raquel Souza Ramos (UFPE) raquel_souza.adm@hotmail.com

Joséte Florencio dos Santos (UFPE) jfs@ufpe.br

Adriana Fernandes de Vasconcelos (UFPB) adriavasconcelos@hotmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo investigar a percepção dos gestores em relação à importância das práticas da governança corporativa nas micro e pequenas empresas que compõem o Polo de Confeções do Agreste. Trata-se de um estudo exploratório realizado em 55 empresas de confecção e os dados foram coletados através da aplicação de um questionário estruturado do tipo likert em 2016. Os resultados sobre a percepção da importância das práticas, se baseou em transparência, gestão e controle, responsabilidade corporativa e práticas específicas para as MPEs, indicam que os gestores, em sua maioria, consideram relevantes tais práticas para benefício das empresas, podendo contribuir para a sua manutenção no mercado.

Palavras-chave: Governança Corporativa. Empresas de Pequeno Porte. Polo de Confeções do Agreste.

1. Introdução

As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham um papel fundamental na economia, gerando em 2011, 27% do Produto Interno Bruto (SEBRAE, 2015). Essas empresas, segundo o SEBRAE (2010^a), apresentam um alto índice de mortalidade, em especial, nos primeiros anos, indicando a existência de uma falha na sua gestão.

A falta de recursos financeiros é apontada como uma das maiores dificuldades das MPEs (BRAGA, NOSSA e MARQUES, 2004), consequência da falta de contabilidade confiável, ou seja, informações financeiras (KASSAI; KASSAI; NOSSA, 2000). Percebe-se que para a obtenção de capital junto aos agentes externos, as MPEs necessitam ser transparentes, principalmente, em relação às informações financeiras, porque viabilizam aos credores uma avaliação minuciosa da saúde financeira da empresa, possibilitando assim, uma diminuição do risco na concessão do empréstimo.

A transparência é um dos princípios da governança e refere-se à disponibilização de informação às partes interessadas, informações que vão além daquelas impostas por leis. A

adoção de boas práticas de governança pode proporcionar benefícios para a empresa na captação de recursos externos (DOIDGE, KAROLYI e STULZ, 2007; IBGC, 2009).

As boas práticas de GC convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade (IBGC, 2009). Os mecanismos de governança foram formulados para a realidade das grandes corporações, contudo, atualmente todas as empresas, independentes do seu porte, podem e devem adotar práticas de governança, adaptadas a sua realidade (AMCHAM-BH, 2011), devido os diversos benefícios que auxiliam a crescer mais rapidamente (ABOR E ADJASI, 2007).

Compreendendo que o segmento das MPEs apresenta uma participação expressiva na economia nacional e local, pois as 18.803 unidades produtivas que formam o Polo, foco dessa pesquisa, são em sua maioria MPEs (SEBRAE, 2012) e a adoção de práticas de governança visa otimizar o desempenho das empresas, melhorando seu modelo de gestão e colaborando para a sua perenidade, torna-se importante investigar: de que forma as micro e pequenas empresas que compõem o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano se organizam em termos das práticas de governança na percepção dos gestores?

O estudo se fundamenta por trazer para a academia uma discussão relativamente nova, procurando suprir a falta de informações acerca da adoção das práticas de governança pelas MPEs, pois conforme Ribeiro et al. (2014) e Guimarães et al. (2013) a predominância são as sociedades anônimas.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Governança Corporativa

A corrente mais aceita aponta que a Governança Corporativa (GC) surgiu para superar o ‘conflito de agência’. A forma como organizações controlam o problema de agência, causada pela separação (ou não) de propriedade e controle, tem sido uma preocupação para muitos pesquisadores. O trabalho de Berle e Means (1932) é conceituado por muitos como marco inicial em GC, pois mostrou os benefícios e custos potenciais da separação entre propriedade e controle.

Macmillan e Tampoe (2000, p. 99) esclarecem que a “GC preocupa-se com o equilíbrio de poder entre os proprietários, gerentes, empregados, governo e público em geral. Podendo ser vista como a força que regula o poder entre os grupos de interesse”.

Melo et al. (2013) identificaram que a governança é um fator explicativo relevante do desempenho empresarial, tanto no retorno proporcionado aos acionistas, quanto nos ativos das empresas. Souza et al. (2015) também observaram nas empresas do setor energia listadas na BM&FBOVESPA, que a governança é capaz de balizar a volatilidade das ações.

Ponte et al. (2012) apresentam fatores relevantes para a adoção de boas práticas de governança, entre eles: perpetuar a empresa; garantir maior com o mercado de capitais; reduzir o custo de capital; melhorar a imagem institucional; valorizar as ações da empresa; profissionalizar a empresa; agregar valor para os acionistas; facilitar o acesso ao crédito. Mesmo que não haja uma exigência da adoção dos princípios de GC por parte das MPEs, estas podem adotá-los e serem beneficiadas com isso. Porém, as MPEs são receosas quanto à disponibilização de suas informações, mas a transparência, poderia proporcionar uma maior confiança por parte dos seus *stakeholders*, diminuindo a desconfiança do mercado e facilitando o acesso ao capital (IBGC, 2014).

2.2 As práticas de Governança para as Micro e Pequenas Empresas

Para o IBGC (2009) as práticas da boa GC aplicam-se a qualquer tipo de organização, pois passaram a ser voltadas não apenas às empresas de propriedade dispersa, mas também às empresas familiares e a organizações de naturezas diversas.

As práticas de governança desenvolvidas foram baseadas nas grandes corporações, mas isso não inviabiliza a adaptação por parte das MPEs concernente a sua adoção. Um das características principais das MPEs é ser de natureza familiar, porque segundo o SEBRAE-SC (2010) 99% dos estabelecimentos do país MPEs e 90% das empresas são familiares (SEBRAE/SC, 2010). A empresa familiar possui formas de gestão próprias e muito peculiares, devido à participação dos membros da família na gestão, por isso as práticas de GC diferem fundamentalmente de outros tipos de organizações.

As empresas pequenas e familiares apresentam sobreposição de funções, não havendo assim a separação entre propriedade e controle, que ocasionam os chamados problemas de agência (JENSEN; MECKLING, 1976). Porém, para Burkowski, Perobelli e Zanini (2009), as pequenas empresas, por não realizarem procedimentos de auditoria externa, acabam não disponibilizando e nem mantendo atualizadas suas demonstrações contábeis e podem apresentar elevadíssimos custos de agência com os credores. Leaptrott (2005) alega que o longo tempo de interação entre os membros da família torna a empresa menos propensa à adoção de

mecanismos formais na condução do negócio, o que explica a menor dependência de estruturas de governança.

Devido as suas peculiaridades, percebe-se que a configuração dos mecanismos de governança nas pequenas empresas apresenta-se de maneira distinta se comparada ao das grandes corporações. Dube, Dube e Mishra (2011) apresentaram algumas normas de GC recomendadas para as MPEs, que contribuirão para o seu desenvolvimento: preparar e publicar um documento com a missão da empresa; elaboração anual de relatório de gestão e desempenho; estrutura de gestão e qualificação profissional; métodos contábeis e divulgação de resultados auditados; bom relacionamento da empresa com seus *stakeholders*; conformidade legal.

Fabro, Vargas e Philereno (2013) observaram que ainda é recente a preocupação das indústrias de médio porte em Caxias do Sul, quanto ao tema GC. Embora a maioria delas tenham o conhecimento a respeito, poucas estão em processo de implantação e apenas algumas têm interesse em implantar as práticas de GC, pela necessidade de transparência da gestão.

A estrutura de governança encontrada em uma empresa familiar na pesquisa de Machado et al. (2013) foi considerada atípica, apresentando as seguintes características: a estrutura de propriedade é concentrada apenas na fundadora do empreendimento, estabelecendo uma relação de sobreposição entre propriedade e gestão executiva; é uma estrutura de propriedade individual, mas a gestão é tipicamente familiar, devido a presença de membros da família em níveis de gerência; não existem conselhos formalmente constituídos e as decisões administrativas são tomadas em reuniões de conselho familiar informalmente.

Diante do contexto apresentado, percebe-se através dos estudos que é recente a preocupação das MPEs quanto ao tema GC, mostrando indícios que a sua adoção é incipiente. Por isso, se adotará a percepção dos gestores sobre a importância dessas práticas, pois a opinião do gestor reflete a política da empresa.

3. Metodologia

A pesquisa tem o propósito de identificar a importância das práticas de GC na percepção dos gestores das MPEs que compõem o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Os sujeitos do estudo foram as empresas que compõem o Polo, cadastradas na Receita Federal. As empresas foram selecionadas através de uma amostra não-probabilística, conforme Levine et al. (2008). Desta forma, no término da pesquisa, a amostra foi de 55 empresas, localizadas nas principais cidades de Caruaru, Santa Cruz e Toritama.

Para o alcance dos objetivos, foi elaborado um questionário de pesquisa estruturado. Este tipo de instrumento (questionário estruturado) confere maior uniformidade às respostas e facilita o processamento dos dados (GIL, 2010). A adaptação do instrumento de coleta tomou como referência a teoria existente da governança para as MPEs e foi dividido em duas partes: informações iniciais sobre o respondente e a empresa e a parte sobre a percepção dos gestores sobre a importância das práticas de governança, que utilizou-se uma escala do tipo Likert, com respostas variando de (1) discorda fortemente a (5) concorda fortemente. O quadro 1 apresenta de forma concisa os temas das perguntas e as fontes que deram suporte a formulação das questões.

Quadro 1 - Detalhamento do questionário aplicado.

GC	Transparência.	IBGC (2014), Machado <i>et al</i> (2013), Fabro, Vargas e Philereno (2013).
	Controle e Gestão e Práticas de Governança para as MPEs.	Machado <i>et al</i> (2013), Brenes, Madrigal e Requena (2011), Li e Srinivasan (2011), Dube, Dube e Mishra (2011).
	Responsabilidade Corporativa (Social e Ambiental).	IBGC (2014, 2009), ETHOS (2003).

Após a construção do questionário, o mesmo foi submetido a um pré-teste com três empresas. Para Gil (2010), o pré-teste objetiva assegurar a validade e precisão do instrumento de coleta.

4 Análise dos Resultados

4.1 Perfil da Empresa/Entrevistados

Das empresas pesquisadas, 93% dos respondentes foram os proprietários. A preferência pelos proprietários aconteceu porque as informações solicitadas eram financeiras. Referente à idade do respondente (Figura 1), o percentual mais expressivo (25,5%), refere-se a faixa etária de 31 a 35 anos e quanto ao grau de escolaridade, a maioria afirmou possuir o ensino médio completo (EMC, 37%) e 18% possuem ensino superior completo.

Figura 1: Perfil dos respondentes e da empresa

Faixa etária	
20 – 25 anos	5,5%
26 – 30 anos	16,4%
31 – 35 anos	25,5%
36 – 40 anos	23,6%
41 – 45 anos	18,2%
Acima de 46	10,8%
Nível de formação formal	
Ensino fundamental incompleto	9,1%
Ensino fundamental completo	7,3%
Ensino médio incompleto	18,2%
Ensino médio completo	36,3%
Ensino superior incompleto	9,1%
Ensino superior completo	18,2%
Pós-graduação completa	1,8%
Tempo médio de existência da empresa	12,82 anos
Número de sócios por empresa	
Proprietário Único	85,5%
Dois sócios	10,9%
Três ou mais sócios	3,6%
Participação do sócio principal no capital da empresa	
100% do capital social	76,4%
Entre 51% a 99% do capital social	10,9%
Entre 11% a 50% do capital social	10,9%
Até 10% do capital social	1,8%
Porte da empresa	
Microempresa	51%
Empresa de pequeno porte	49%

Fonte: Elaborado pelo pesquisador(2016).

Diante dessa realidade, percebe-se que o perfil dos respondentes indica um baixo nível de educação especializada, pois apenas 29% ingressaram no ensino superior. Essas empresas são administradas, em sua maioria, por gestores que não possuem vivência acadêmica ou conhecimento técnico. Resultados similares com MPEs foram encontrados por Santini et al. (2015) e Chaves, Lames e Lames (2013) em outros estados. Segundo o SEBRAE (2010b), a falta de capacitação profissional é um forte fator que compromete a estabilidade das empresas no mercado.

Relativo às assertivas do perfil das empresas, observa-se que o tempo de atuação no mercado apresentou uma média próxima há 13 anos (Figura 1). Conforme o Portal do Brasil (2012), em 2010, 58% das MPEs “fecharam as portas” antes de completar cinco anos, 49 das 55 empresas ultrapassaram os 5 anos de funcionamento, tendo, portanto, superado o período de maior risco à continuidade do negócio.

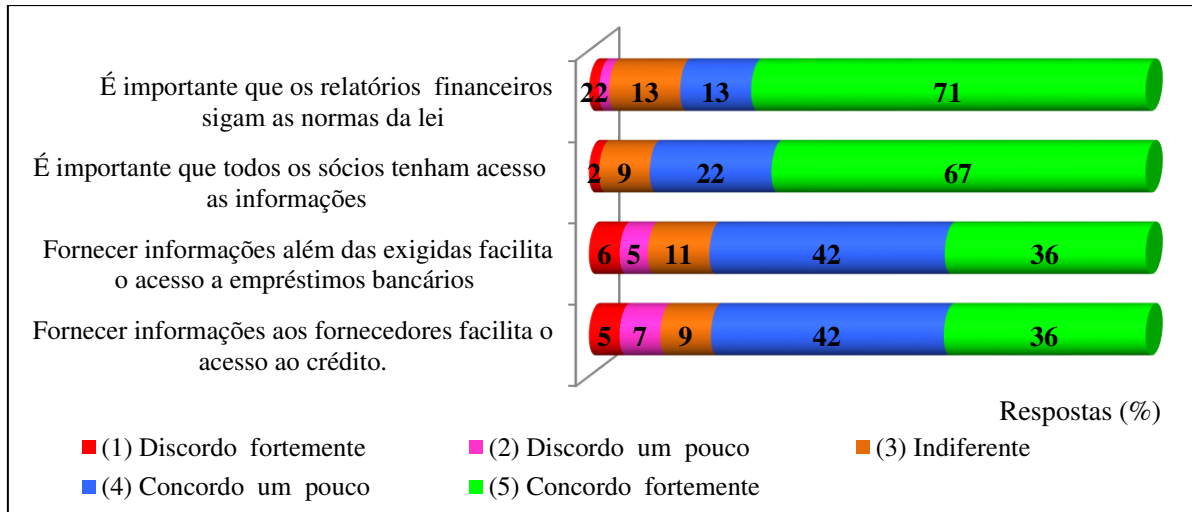
Outras características identificadas foram que essas empresas apresentaram uma alta concentração no que se refere ao capital, visto que 85,5% possuem um único proprietário. Dentre as empresas que apresentaram apenas um único proprietário, em 76,4%, 100% do capital pertence a um único indivíduo. Quanto ao número de funcionários, as empresas pesquisadas apresentaram uma média de 15 trabalhadores, e foram classificadas, segundo a receita bruta, como Microempresas (51%) e Pequenas Empresas (49%).

4.2 A importância de práticas de Governança Corporativa sob a ótica dos gestores

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados sobre a percepção dos gerentes acerca da importância das práticas de governança.

Primeiramente os gestores foram indagados sobre a importância da liberação de informações financeiras aos fornecedores (Figura 2). Identificou-se que os proprietários concordam fortemente (36%) ou concordam um pouco (42%) com essas práticas, pois a liberação de informações tende a ser vista de forma positiva, contribuindo para a manutenção de um bom relacionamento, facilitando o acesso ao crédito (IBGC, 2014). Corroborando com isso, percebeu-se que há indícios de um bom relacionamento de várias empresas pesquisadas com seus fornecedores, pois 19 empresas que compõem a amostra são financiadas por seus fornecedores, por terem o prazo de pagamento maior que o PME e 40% delas apresentaram um tempo de pagamento maior que o prazo de recebimento.

Em seguida foram questionados sobre a relação de transparência referente aos bancos e sócios; 78% dos proprietários consideraram importante fornecer informações aos bancos além das exigidas por lei. Kassai e Kassai (2002), indicam que a falta de elaboração de relatórios contábeis-financeiros adequados dificultam que as MPEs obtenham recursos externos. Já referente aos sócios, 67% dos respondentes afirmaram concordam fortemente com essa prática, que todos os sócios possuem os mesmos direitos à informação, pois uma governança eficiente atraindo novos investidores (ROCCA, 2007).

Figura 2 - Percepção dos gestores acerca do princípio da Transparência

Fonte: Elaborado pelo pesquisador(2016)

E a última assertiva sobre transparência, indagou sobre a importância dos relatórios financeiros estarem conforme a exigência da lei. Os resultados apontam que 71% dos respondentes confirmaram essa importância e alguns relataram que a fiscalização “obriga” as empresas a se adaptarem a essas normas. Para Burkowski, Perobelli e Zanini (2009) as MPEs não disponibilizam e nem mantem atualizadas suas demonstrações contábeis, resultado comprovado em 63,64% das empresas, que afirmaram não fazerem distinção entre as contas do proprietário e da empresa e 49% não elaboram relatórios contábeis-financeiros, indicando a falta de transparência.

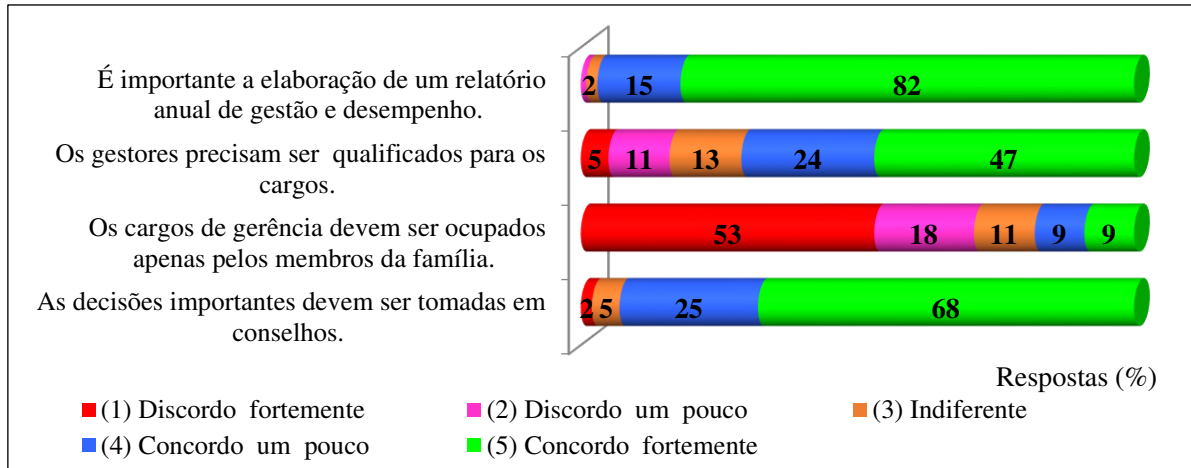
As questões seguintes (Figura 3), tocam em pontos referentes ao controle, gestão e práticas de GC para as MPEs.

A princípio, perguntou-se sobre as decisões mais importantes, se eram tomadas em conselhos; 67% dos respondentes concordaram fortemente. Eles afirmaram que o conselho mais comum é o familiar (de forma informal), devido à presença da família, concordando com a pesquisa de Machado et al (2013) que identificou que não existem conselhos formalmente constituídos, e as decisões são tomadas em reuniões de conselho familiar informal. Para Brenes, Madrigal e Requena (2011) a criação de um conselho é um componente-chave para melhorar o desempenho da empresa, por realizar avaliações rigorosas dos mercados, por estabelecer normas para as metas e decisões de investimento.

Os autores Machado et al (2013) também encontraram que a gestão é tipicamente familiar, devido à presença de membros da família em níveis de gerência. Os resultados dessa pesquisa apontam que 53% dos respondentes discordaram fortemente sobre a questão que os

cargos de gerências deveriam ser ocupados apenas por membros da família. Schulze, Lubatkin e Dino (2001) e Lester e Canella (2006) apontam como um problema das empresas que familiares assumam cargos mesmo sem a competência necessária para a função, acarretando a perda de eficiência na organização.

Figura 3 - Percepção dos gestores acerca do Controle e Gestão nas empresas



Fonte: Elaborado pelo pesquisador(2016)

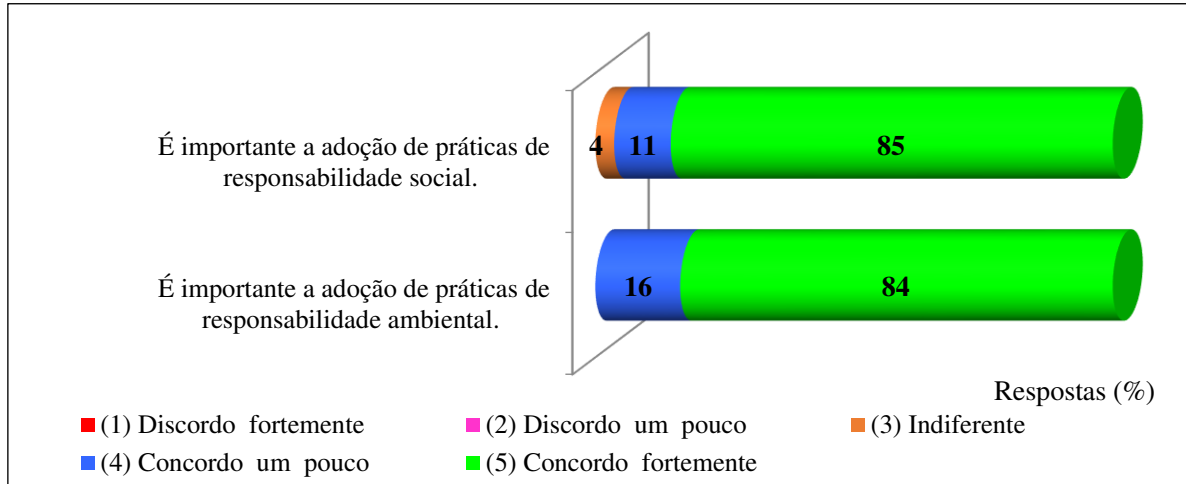
Para Dube, Dube e Mishra (2011), algumas normas de governança corporativa são recomendadas para as MPEs, por exemplo, a elaboração anual de um relatório de gestão e desempenho que foi considerado por 82% dos respondentes muito importante (Figura 3). Esse relatório segundo os autores, tem a finalidade de comparação com os objetivos traçados no início do ano, e deve ser de ordem pública.

Os autores também indicam que outra norma a ser adotada é a estrutura de gestão e qualificação profissional; essa assertiva sobre qualificação foi considerada muito importante por 47% dos respondentes e 24% concordaram um pouco, mostrando que embora apenas 29% dos entrevistados iniciaram ou concluíram o ensino superior, a qualificação é algo muito importante.

O último bloco de assertivas refere-se à responsabilidade corporativa, dividida em ambiental e social. Os respondentes demonstraram que acham muito importante o tema e segundo o instituto Ethos (2003) essas práticas são fontes geradoras de lucro e de ganhos de imagem para as empresas. Na Figura 3, pode-se observar que 84% dos respondentes afirmaram que práticas que contribuam para a preservação do meio ambiente (reciclagem, a redução do consumo de papel, água e energia) são muito importantes. Já concernente os resultados sobre a responsabilidade social (assistência pós-venda, o melhor produto ou serviço aos consumidores

e informações específicas, corretas e justas sobre o produto), as empresas responderam que essas práticas são importantes, pois 85% dos respondentes afirmaram isso.

Figura 4 - Percepção dos gestores acerca das práticas de Responsabilidade Empresarial



Fonte: Elaborado pelo pesquisador(2016)

Em suma, percebe-se que os gestores concordaram que as boas práticas de GC são importantes e relevantes, pois podem proporcionar benefícios para a empresa na captação de recursos externos, além de preservar e otimizar o valor da organização, contribuindo para a sua longevidade (DOIDGE; KAROLYI; STULZ, 2007; IBGC, 2009).

5. Considerações Finais

Essa pesquisa teve como objetivo investigar a percepção dos gestores sobre a importância das práticas da governança corporativa nas MPEs que compõem o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Os resultados mostraram através dos elevados percentuais que os gestores indicaram a importância das mesmas, indicando a relevância da transparência junto aos fornecedores, bancos, sócios e governo, devido aos benefícios que podem ser gerados, como a facilitação em adquirir recursos externos. Sobre a importante que as principais decisões ocorram em um conselho do tipo administrativo ou familiar, sendo contrários a assertiva de que apenas os membros da família deveriam assumir cargos de chefia, por entenderem que a qualificação era o mais importante e entendendo a relevância das práticas de caráter ambiental e social.

Portanto, identificou-se que os gestores entendem a importância das práticas dessas, porém os indícios é que poucas das empresas pesquisadas adotem tais práticas, devido falta de

elaboração de relatórios e instrução especializada, o conselho informal, a falta de e a presença de membros da família em cargos de chefia, esse resultado corrobora com Leaptrott (2005) que o longo tempo de interação entre os membros da família torna a empresa menos propensa à adoção de mecanismos formais.

Referências

- ABOR, Joshua.; ADJASI, Charles. K.D. Corporate governance and the small and medium enterprises sector: theory and implications. **Q Emerald Group Publishing Limited**, v. 7, n. 2, p. 111-122, 2007.
- AMCHAM-MG, Comitê Estratégico de Governança Corporativa. **Governança Corporativa aplicada a empresas de pequeno e médio porte**, Disponível em: <http://www.anjosdobrasil.net/uploads/7/9/5/6/7956863/cartilha_governanca_corp_aplicada_a_peq_e_media_e_mpr_01_07_11x.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- BERLE, Adolf.; MEANS, Gardiner. **The Modern Corporation and Private Property**. New York: Macmillan, 1932.
- BRAGA, Roberto; NOSSA, Valcemiro; MARQUES, José A. V. C. Uma proposta para a análise integrada da liquidez e rentabilidade das empresas. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 15, p. 51-64, 2004.
- BRENES, E. R.; MADRIGAL, K.; REQUENA, B. Corporate governance and family business performance. **Journal of Business Research**, v. 64, p. 280-285, 2011.
- BURKOWSKI, E.; PEROBELLI, F. F.; ZANINI, A. A identificação de preferências e atributos relacionados à estrutura de capital em pequenas empresas. **Revista RAE eletrônica**, v. 8, n. 1, p. 1-28, 2009.
- CHAVES, R. T. C.; LAMES, E. R.; LAMES, L. C. J. Uma Análise da Percepção dos Gestores Donos de Pequenas Empresas quanto à Aplicação do Princípio de Entidade. In: XX Congresso Brasileiro de Custos, 20, 2013, Uberlândia, Anais... MG, 2013, p. 1 – 14.
- DOIDGE, C.; KAROLYI, A. G.; STULZ, R. M. Why do countries matter so much for corporate governance? **Journal of Financial Economics**, v. 86, n. 1, p.1-39, 2007.
- DUBE, I.; DUBE, D.; MISHRA, P. Corporate Governance Norm for SME. **Journal of Public Administration and Governance**, v. 1, n. 2, p. 77-123, 2011.
- ETHOS, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas – Passo a Passo**. 2003. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/empreendedorismo/downloads/manuais-guias-cartilhas-e-documentos-sobre-empreendedorismo-e-inovacao/manual-de-responsabilidade-social-empresarial-para-micro-e-pequenas-empresas>>. Acesso em: 20 jan. 2013.
- FABRO, J.; VARGAS, V. Z.; PHILERENO, D. C. Governança Corporativa: Um estudo de caso em 11 empresas de médio porte no município de Caxias do Sul RS. **Revista Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças**, v. 1, n. 1, p. 54-72, 2013.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUIMARÃES, T. M.; CARLESSO NETO, O.; PEIXOTO, F. M. **Relevância do tema Governança Corporativa: uma análise bibliométrica de 2008 a 2012**. In: XVI SEMEAD, Seminários em Administração, 16, 2013, São Paulo, Anais ...SP, 2013, p. 1 – 16.

- IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4. ed. São Paulo, IBGC, 2009.
- IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Caderno de Boas Práticas de Governança Corporativa Para Empresas de Capital Fechado**: um guia para sociedades limitadas e sociedades por ações fechadas. São Paulo: IBGC, 2014.
- JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.
- KASSAI, J. R.; KASSAI, S; NOSSA, V. **Pequenas empresas – como é difícil levantar dinheiro**. In: VII Congresso Brasileiro de Custos, 7, 2000, Recife, Anais ...PE, 2000, p. 1 - 18.
- KASSAI, J. R.; KASSAI, S. **Termômetro de crédito** – avaliação de propostas de créditos de pequenas empresas junto à Caixa Econômica Federal. In: XIX Congresso Brasileiro de Custos, 19, 2002, São Paulo, Anais ... SP, 2002, p. 1 – 14.
- LEAPTROTT, J. An Institutional Theory View of the Family Business. **Family Business Review**. San Francisco. v. 18, n.3, p. 215-228, 2005.
- LESTER, R.H.; CANELLA Jr, A.A. Interorganizational Familiness: how family firms use interlocking directorates to build community-level social capital. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 30, n. 6, p. 755-775, 2006.
- LEVINE, D. M.; STEPHAN, D.F.; KREHBIEL, T. C.; BERENSON, M. L. **Estatística**: teoria e aplicações. 5. ed. Rio de Janeiro: TLC, 2008.
- MACHADO, R. T.; GRZYBOVSKI, D.; TEIXEIRA, E. B.; SILVA, M. D. Governança de pequenas empresas familiares: aspectos a considerar no modelo adotado. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, n. 37, p. 198-210, 2013.
- MACMILLAN, H.; TAMPOE, M. **Strategic Management**: process, content and implementation. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- MELO, R. S.; BATISTA, P. C. S; MACEDO, A. C. M. COSTA, Rômulo B. L. S. de. A contribuição da governança corporativa para o desempenho das empresas brasileiras de capital aberto. **Revista REGE**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 79-92, 2013.
- PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; LUCA, M. M. M.; OLIVEIRA, O. V.; ARAGÃO, L. A.; SENA, A. M. C. Motivações para a Adoção de Melhores Práticas de Governança Corporativa segundo Diretores de Relações com Investidores. BASE – **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 9, n. 3, p. 255 – 269, 2012.
- PORTAL DO BRASIL, **Sobrevivência e mortalidade**.2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/sobrevivencia-e-mortalidade>>. Acesso em: 11 fev. 2016.
- RIBEIRO, Henrique C. M; COSTA, B. K; FERREIRA, M. A. S. P. V; SERRA, Bernardo P. C. Produção Científica Sobre os Temas Governança Corporativa e Stakeholders em Periódicos Internacionais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 1, p. 95-114, 2014.
- ROCCA, Maurizio L. The influence of corporate governance on the relation between capital structure and value. **Emerald Group Publishing Limited**, v. 7, n. 3, p. 312-325, 2007.

ROGERS, P.; SECURATO, J. R.; RIBEIRO, K. C. S. Governança Corporativa, Custo d capital e Retorno do Investimento no Brasil. **Revista de Gestão USP**, v. 15, n. 1, p. 61-77, 2008.

SANTINI, S.; FAVARIN, E.V.; NOGUEIRA, M. A.; OLIVEIRA, M. L.; RUPPENTHAL, J. E. Fatores de mortalidade em micro e pequenas empresas: um estudo na região central do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 8, n. 1, p. 145-169, 2015.

SCHULZE, W. S.; LUBATKIN, M. H.; DINO, R. N.; BUCHHOLTZ, A. K. Agency relationships in family firms: Theory and evidence. **Organization Science**, v. 12, n. 2, p. 99-116, 2001.

SEBRAE^a, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas**. Brasília: SEBRAE, 2010.

SEBRAEb. **Finanças: empresa x pessoal**, 2010. Disponível em: <
<http://sebraemgcomvoce.com.br/2010/04/14/financas-empresa-x-pessoal/>> Acesso em: 13 fev. 2016.

_____. **SC. No Brasil, 90% das empresas são familiares**. Santa Catarina. SEBRAE/SC, 2010. Disponível em:
< http://www.sebrae-sc.com.br/newart/mostrar_materia.asp?cd_noticia=10410>. Acesso em: 13 mar. 2015.

_____. **Projeto Agente Local de Inovação (ALI) em Pernambuco**. Revista SEBRAE, 2012.

_____. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. 2015. Disponível em: <
<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil.ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD> >. Acesso em: 07 jun. 2015.